

## EDITORIAL

Depois de um verão marcado pela apreensão trazida pela estiagem, os produtores gaúchos aceleram a colheita de soja neste mês olhando para futuro. A hora é de mobilização do setor em busca da consolidação de medidas de compensação como a prorrogação das parcelas de financiamentos para custeio e investimento.

Também é o momento de se manter atento ao mercado para avaliar o período ideal para a venda da safra. Com a oferta reduzida pela estiagem, a expectativa é de elevação de preços, que, ao menos, podem amenizar os prejuízos dos empresários rurais.

Essas ações são essenciais para manter o produtor capitalizado e motivado para continuar produzindo e investindo nas próximas safras. É com perdas amenizadas e apoio dos órgãos oficiais que os agricultores podem converter em ações as lições aprendidas em mais uma safra de chuvas escassas no Estado. A volta do fenômeno La Niña atestou mais uma vez a importância da aposta em sistemas de irrigação, que, na prática, são como um seguro para o empresário. É uma estrutura que exige um aporte de recursos que é recompensado com a garantia de níveis satisfatórios de produtividade.

É de olho na necessidade de ampliação da área irrigada que o setor recebeu positivamente o anúncio do Programa Mais Água, Mais Renda, do Governo do Estado. O plano promete subsidiar a aquisição de equipamentos e agilizar os licenciamentos dos projetos de açudes para até 100 hectares. No entanto, a Farsul alerta para a importância de se estender o projeto aos produtores que buscam a irrigação de grandes áreas.

Outra medida esperada para apoiar a irrigação é a inclusão desse tipo de projeto entre as modalidades de obras de infraestrutura financiadas pelo Programa ABC. Isso porque a irrigação tem destacado papel na preservação ambiental. Afinal, as lavouras que contam com esse tipo de sistema produzem mais, reduzindo a pressão para a expansão da área plantada.

Além disso, os empresários rurais também dependem de novas iniciativas que possam trazer maior segurança para atividade. A primeira é a expansão e melhoria do seguro agrícola, mecanismo capaz de evitar a dor de cabeça que os produtores têm hoje para honrar seus compromissos depois de um verão de seca.

E, por fim, o setor produtivo aguarda com ansiedade a conclusão da tramitação no Congresso do novo Código Florestal, fundamental para que os agricultores possam ter segurança para planejar a exploração de suas propriedades sem surpresas de ordem ambiental.

Essa combinação de fatores mostra que os produtores precisam estar unidos e mobilizados para pressionar autoridades pelo apoio indispensável para um setor que é protagonista da economia brasileira, movimentando comércio e indústria e garantindo desempenho da balança comercial.

## Ambientalismo sem paixões

Kátia Abreu\*

Participei em março do Fórum Mundial da Água como senadora e representante dos produtores rurais do Brasil, para associar-me aos esforços que o mundo todo deve fazer para conciliar as exigências da produção agrícola, e da própria vida humana, com a conservação dos recursos hídricos.

Até 40 anos atrás, o Brasil era um grande importador de alimentos, mas a nossa produção rural transformou-se e nos tornamos um dos maiores produtores do planeta e um dos mais importantes exportadores de alimentos.

O Brasil dispõe de uma das maiores reservas de água doce do mundo (12%), com milhares de rios que cortam o país em todas as latitudes, e de grandes reservas de águas subterrâneas.

Diferentemente dos demais países de grande expressão demográfica, não sofremos, na maior parte do nosso território, de limitação de água. Nossa agricultura irrigada tem pequena participação na produção total, pois o regime de chuvas, salvo em algumas áreas, é adequado às condições de produção.

Ao longo da formação histórica do Brasil, do mesmo modo como aconteceu em todas as partes do mundo civilizado, nem sempre a produção rural e a conservação dos recursos naturais estiveram em harmonia. A própria ideia de que os recursos da terra são limitados e finitos é uma noção recente. É uma consciência que vem ganhando força progressivamente.

Hoje, no entanto, podemos dizer que produzimos muito, com práticas modernas e ade-

quadas, sob uma legislação ambiental bastante rigorosa e detalhada.

Estamos, neste momento, finalizando a atualização e a modernização da legislação ambiental, cujo maior mérito é o de expressar um genuíno consenso social, o que tornará sua aplicação muito mais espontânea e efetiva, sem a necessidade de um exército de fiscais para forçar seu cumprimento.

O mundo precisa que a produção brasileira de alimentos continue crescendo por meio do aumento da produtividade. O crescimento demográfico e o

*O equilíbrio das relações sociais e a própria efetividade da norma ambiental estariam muito mais bem servidos se o Estado encontrasse mecanismos financeiros capazes de retribuir o produtor, distribuindo os encargos com o conjunto da sociedade.*

aumento da renda que se observa em todas as partes do mundo em desenvolvimento, pelos avanços da globalização e do comércio internacional, vão exigir uma oferta maior de alimentos nos próximos anos.

A escassez de terras aráveis e as limitações da oferta de água restringem a expansão da produção, na maior parte do mundo.

O Brasil, felizmente, tem ainda abundância de terras agricultáveis, bem como uma disponibilidade bastante ampla de água, o que torna nosso país uma das poucas alternativas para o abastecimento da população da terra.

Desde o início da civilização humana, na Ásia, até hoje, na Europa, os produtores procuraram as margens dos rios para

produzir e para habitar.

O Brasil tem uma legislação que fixa normas de proteção com vegetação natural às margens dos rios, em torno das nascentes e nas áreas de recarga.

O aumento da produtividade e as novas técnicas de produção permitem, hoje, que as margens dos rios sejam preservadas, para que o volume e a qualidade das águas sejam protegidos. Mas os parâmetros dessa proteção devem ser fixados com base nas razões da ciência - e não de paixões políticas.

Os benefícios de rios preservados se estendem a toda a sociedade, são benefícios públicos. Os custos de preservação, no entanto, recaem unicamente sobre o produtor.

O equilíbrio das relações sociais e a própria efetividade da norma ambiental estariam muito mais bem servidos se o Estado encontrasse mecanismos financeiros capazes de retribuir o produtor, distribuindo os encargos com o conjunto da sociedade.

Estamos propondo que o modelo brasileiro de preservação das margens dos rios e nascentes - nossas Áreas de Proteção Permanente, as APPs - seja também adotado por todos os países do mundo, para que o Reno, o Danúbio, o Mississippi e o rio Amarelo possam ser protegidos por lei, como o Amazonas, o São Francisco, o Paraná, o Araguaia, o Tocantins, em benefício da humanidade e das gerações futuras, pois é exatamente a água que faz com que a vida não se contenha.

*\*Presidente da CNA, publicado no Jornal Folha de São Paulo*

## EXPEDIENTE

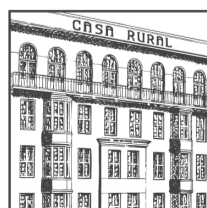
### SISTEMA FARSUL



Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul



Rio Grande do Sul



CASA RURAL  
CENTRO DO AGRONEGÓCIO

## FARSUL

Presidente:  
Carlos Rivaci Sperotto  
Vice-presidente:  
Gedeão Silveira Pereira  
Diretor Administrativo:  
Francisco Lineu Schardong  
Diretor Financeiro:  
Jorge Rodrigues

## SENAR-RS

Presidente:  
Carlos Rivaci Sperotto  
Superintendente:  
Gilmar Tietböhl  
Divisão Técnica:  
João Augusto Telles  
Div. Planejamento e Projetos:  
Saulo Gomes  
Div. Administração e Finanças:  
Carlos Alberto Schütz

## JORNAL SUL RURAL

Diretor: Décio Rosa Marimon  
Jornalista responsável:  
Sebastião Ribeiro (MTb/RS 11.009)  
Fotos: Fabrício Barreto, Luiz Ávila e Tiago Francisco  
Colaboração: Alessandra Bergmann e Tiago Francisco  
Circulação Mensal  
Tiragem: 35.000 exemplares

Administração, redação e comercial: Praça Saint Pastous, 125 - Fone: (51) 3214.4400  
Fax: (51) 3221.9113 e-mail: sulrural@farsul.org.br - Porto Alegre/RS - Cep 90050-390